

STJ00118850

COLEÇÃO BIBLIOGRÁFICA A REFORMA DO PROCESSO TRIBUTÁRIO

COORDENAÇÃO - GERAL

Ministra Regina Helena Costa
Senador Efraim Filho
Marcus Livio Gomes

COORDENAÇÃO - EXECUTIVA

Talita Pimenta Felix
Eduardo Sousa Pacheco Cruz Silva



PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

ORGANIZAÇÃO

ADRIANA GOMES REGO
VALTER LOBATO



Copyright © 2023 by Editora Letramento

Diretor Editorial Gustavo Abreu
Diretor Administrativo Júnior Goudereto
Diretor Financeiro Cláudio Mocado
Logística Daniel Abreu e Vinícius Santiago
Comunicação e Marketing Carol Pires
Assistente Editorial Mateus Moreno e Mario Eduardo Paixão
Designer Editorial Gustavo Zeferino e Luís Otávio Ferreira

Coleção Bibliográfica A Reforma do Processo Tributário
Coordenação-geral Ministro Regina Helena Costa Senador Efraim Filho Marcus Livio Gomes
Coordenação-executiva Talita Pimento Felix Eduardo Sousa Pacheco Cruz Silva
Organização Adriano Games Rego Volter Lobato

Conselho Editorial Jurídico

Alessandra Moro de Freitas Silva	Edson Nakota Jr	Luiz F. do Vale de Almeida Guilherme
Alexandre Morais da Rosa	Georges Abboud	Marcela Hugo da Rocha
Bruno Miragem	Henderson Fürst	Nuno Miguel B. de Sá Viana Rebelo
Carlos Mário Cárcova	Henrique Garbellini Carnio	Onofre Alves Batista Júnior
Cássio Augusto de Barros Brant	Henrique Júdice Magalhães	Renato de Lima Rodrigues
Cristian Kiefer da Silva	Leonardo Isaac Yarochewsky	Salah H. Khaled Jr
Cristiane Oupret	Lucas Moraes Martins	Willis Santiago Guerra Filho

Todos os direitos reservados. Não é permitido a reprodução desta obra sem aprovação do Grupo Editorial Letramento.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 Bibliotecário Juliano da Silva Mauro – CRB6/3684

P963 Processo administrativo tributário / coordenado por Ministra Regina Helena Costa ... [et al]. Belo Horizonte : Casa do Direito, 2023. 396 p. ; 23 cm. - (Coleção Bibliográfica A Reforma do Processo Tributário. v. 4)

Inclui bibliografia.
 ISBN 978-65-5932-417-0

1. Processo tributário. 2. Modernização. 3. Consensualidade. 4. Arbitragem tributária. 5. Mediação tributário. I. Costa, Regina Helena. II. Título.

CDU: 34:336.2
 CDD: 343.05

Índices poro catálogo sistemático:

1. Direito tributário 34:336.2
2. Direito tributário 343.05



**GRUPO ED.
 LETRAMENTO**
LETRAMENTO EDITORA E LIVRARIA
 Caixa Postal 3242 – CEP 30.130-972
 r. José Maria Rosemburg, n. 75, b. Ouro Preto
 CEP 31.340-080 – Belo Horizonte / MG
 Telefone 31 3327-5771



É O SELO JURÍDICO DO
 GRUPO EDITORIAL LETRAMENTO

- 7 **PREFÁCIO**
Regina Helena Costa
- 12 **APRESENTAÇÃO**
Adriana Gomes Rego
Valter Lobato
- 20 **MÉTODOS ALTERNATIVOS DE PREVENÇÃO E SOLUÇÃO DE LITÍGIOS**
IMPLEMENTADOS PELA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA FEDERAL
Fernando Mombelli
- 35 **NATUREZA JURÍDICA, EFEITOS E POSSIBILIDADE DE QUESTIONAMENTO**
JUDICIAL PELA FAZENDA PÚBLICA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA
Maysa de Sá Pittondo Deligne
- 54 **COLEGIALIDADE E DELIBERAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DA COMPOSIÇÃO**
PARITÁRIA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL
Junia Roberta Gouveia Sampaio
- 68 **PRINCÍPIOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO E SUA**
APLICAÇÃO
Wesley Rocha
- 106 **APLICAÇÃO DAS MULTAS TRIBUTÁRIAS: DIÁLOGO ENTRE DIREITO**
PENAL E O DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO
Rafhael Frattari
Vinicius Augustus de Vasconcelos Rezende Alves
- 125 **APLICAÇÃO DOS PRECEDENTES JUDICIAIS NO PROCESSO**
TRIBUTÁRIO ADMINISTRATIVO ENQUANTO MEIO DE INTEGRAÇÃO
DAS INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVA E JUDICIAL
Flávio Couto Bernardes
Pedro Augusto Costa Gontijo

- 145 A PREFERÊNCIA PELA UTILIZAÇÃO DO MEIO ELETRÔNICO NO TRÂMITE DOS ATOS E TERMOS PROCESSUAIS E SUSPENSÃO DOS PRAZOS PROCESSUAIS DE 20 DE DEZEMBRO A 20 DE JANEIRO

Dione Jesabel Wasilewski

- 161 NULIDADES DO LANÇAMENTO SEM FUNDAMENTAÇÃO E POR PRETERIÇÃO DO DIREITO DE DEFESA

João Paulo Fanucchi de Almeida Melo
Matheus Leonídio Barbosa dos Santos

- 175 A LIVRE CONVICÇÃO EM TEMPOS DE INTENSIFICAÇÃO DOS FATOS E DO DIREITO: UMA ABORDAGEM CONTEXTUAL DOS ARTIGOS 50 E 51 DO PL N. 2.483/2022

Gilson Wessler Michels

- 199 A ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL COMO PROVA A FAVOR DO SUJEITO PASSIVO: CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS ARTIGOS 52 E 53 DO PROJETO DE LEI Nº 2.692/2022

Alexandre Evaristo Pinto

- 214 O ÔNUS DA PROVA EM FACE DAS PRESUNÇÕES LEGAIS DE OMISSÃO DE RECEITAS E RENDIMENTOS.

Florence Haret

- 228 REFLEXÕES SOBRE A PROVA NO NOVO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

Luís Marcelo Guerra de Castro

- 244 ACESSO À JUSTIÇA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO E O ARTIGO 60 DO PL Nº 2.483/2022: O JULGAMENTO EM RITO SUMÁRIO POR ÓRGÃOS NÃO PARITÁRIOS

Henrique Nimer Chamas
Victor Dantas de Maio Martinez

- 262 A AUSÊNCIA DE SUSTENTAÇÃO ORAL NO RITO SUMÁRIO DE JULGAMENTO, DIREITO AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA.

Tiago Lucena Figueiredo

277 DEFINITIVIDADE DAS DECISÕES MONOCRÁTICAS DE PRIMEIRO GRAU FAVORÁVEIS AOS CONTRIBUINTESE E O PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA

Carolina Silva Campos
João Pedro Silva de Toledo

293 AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELO PROJETO DE LEI Nº 2.483, DE 2022, E OS SEUS REFLEXOS NA TEMPORALIDADE DOS PROCESSOS

Ricardo Antônio Carvalho Barbosa

311 O DEVER DE A DECISÃO SE REFERIR EXPRESSAMENTE ÀS RAZÕES DE DEFESA SUSCITADAS PELO SUJEITO PASSIVO E O DEVER DE FUNDAMENTAÇÃO PARA O INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE DILIGÊNCIA E DE PERÍCIA

Breno Ferreira Martins Vasconcelos
Gabriela Jurema Nardy

325 O PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO DO FUTURO E SEU PAPEL PACIFICADOR COMO POLÍTICA PREVENTIVA DE CONFLITOS ENTRE O FISCO FEDERAL E SEUS CONTRIBUINTESE

Andréa Duek Simantob

341 O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO APÓS A ADI 2.446

Valter de Souza Lobato
Tiago Conde Teixeira

369 VINCULAÇÃO DAS DELEGACIAS DA RECEITA FEDERAL DE JULGAMENTO ÀS SÚMULAS DO CARF: NECESSIDADE DE APROVAÇÃO PELO MINISTRO DE ESTADO DA ECONOMIA?

Fernando Antonio Pires Montanari Montanari

380 RECURSO ESPECIAL NO CARF E ANÁLISE DE PROVAS: REEXAME OU REVALORAÇÃO

Livia De Carli Germano